

As origens da sociologia do trabalho



Por **RICARDO FESTI***

Introdução do livro recém-lançado

O Brasil é um grande país da sociologia, adverte um sociólogo francês na introdução de seu livro sobre a história da disciplina nas terras tropicais.^[1] Aqui, foram produzidas importantes interpretações sobre a realidade social, que alimentaram discussões intelectuais e políticas, tendo o país sido terreno de atuação e de investigação de célebres autores das ciências sociais, em especial os franceses e os estadunidenses, que, em suas passagens, colaboraram para a institucionalização da disciplina e para a formação de novas gerações.

Vale complementar que a sociologia brasileira tem como uma de suas tradições o hábito de se autointerpretar, isto é, fazer uma espécie de análise coletiva sobre seu passado, revisitando, inúmeras vezes, os grandes embates sobre a formação da nação, em busca de compreender nosso complexo presente com um olhar para o futuro. Esse ciclo contínuo de autorreflexão sobre nós mesmos e nossas produções intelectuais, alimentado por uma estranha sensação de que nossa história se repete em farsa e tragédia, tem criado riquíssimas produções no campo da história da sociologia ou do pensamento social.

No entanto, ainda que essa obstinação por nós mesmos seja uma marca genética das ciências sociais brasileiras, nem todos os períodos, escolas e autores foram estudados, debatidos ou criticados com a mesma veemência com que o foram alguns temas canonizados. Além disso, certos grupos de intelectuais e determinados períodos históricos acabaram sendo exaustivamente interpretados e revisitados, muitas vezes sob perspectivas similares, deixando-se de explorar outros possíveis caminhos ou relações. Nesse sentido, apesar da enorme quantidade de produção e reflexão sobre a sociologia brasileira, pouco se pensou sobre a criação, o desenvolvimento e os embates da sociologia do trabalho em nosso país. Uma lacuna significativa diante de nossa tradição, principalmente pelo fato de que também nos constituímos como um grande país da sociologia do trabalho.

Neste livro, resultado de minha tese de doutorado, proponho um caminho diferente para a interpretação de um dos mais importantes períodos da sociologia brasileira. Busco retornar às grandes reflexões e aos embates sobre a formação do Brasil pela perspectiva do mundo da indústria e do trabalho, compreendendo que esse foi um dos objetos centrais da nossa disciplina ao longo dos anos de 1950 e 1960. A inexistência de uma obra sobre essa temática, que a analisasse conforme sugiro, explica-se pelo grau de especialização e, conseqüentemente, de fragmentação que tomou as ciências sociais.

Em geral, os sociólogos do trabalho não se preocupam com as questões que tradicionalmente estão associadas ao campo do pensamento social brasileiro. Por outro lado, os que estudam esse campo acabam por privilegiar outros temas, como, por exemplo, os estudos da questão racial ou as reflexões acerca da desintegração da sociedade tradicional, marginalizando aqueles que envolveram o mundo do trabalho, vistos como objetos secundários dos intelectuais da época. Ao propor essa paralaxe, ou seja, visitar o mesmo objeto tantas vezes estudado – no caso, a assim chamada “escola paulista de sociologia” –, sob um ângulo diferente, acredito poder contribuir para uma nova perspectiva de interpretação

desse momento histórico da sociologia brasileira, em particular da sociologia do trabalho.

No entanto, não tenho a intenção de produzir uma história dessa disciplina, pois tal tarefa seria demasiadamente pretensiosa para os limites de um livro ou de uma investigação pessoal. Busco oferecer uma contribuição sobre a consolidação de uma tradição sociológica, iniciada com os estudos e as obras a respeito do mundo da indústria e do trabalho produzidos pela geração de sociólogos da Universidade de São Paulo, no decorrer das décadas de 1950 e 1960.

Ao tomá-los como objeto, fui levado a estudar os percursos cruzados entre brasileiros e franceses no decorrer dessa empreitada, descobrindo que existia, entre eles, antes mesmo de seus primeiros encontros, no final dos anos 1950, uma afinidade eletiva quanto às instigações intelectuais que contribuíram para consolidar um frutífero intercâmbio de ideias entre esses países. Ainda que os dois grupos estivessem separados por um oceano e por realidades socioeconômicas bastante distintas, suas obras expressaram a visão de mundo da modernização capitalista.^[ii]

O projeto de modernização formulado e buscado nas três décadas seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial acabou por se tornar uma utopia que alimentou o engajamento de toda uma geração de políticos e intelectuais. Na sua forma mais abstrata e simples, modernizar a sociedade pressupunha levá-la a um estágio superior ao anterior por meio do progresso econômico e social, consolidando, se possível, a democracia liberal. Sua efetivação dependia do engajamento dos diversos sujeitos, não apenas no terreno da política, representados por seus movimentos sociais e pelos aparatos de poder, mas no cumprimento de suas funções no interior da complexa divisão do trabalho.

A base de sustentação desse projeto estava, portanto, no desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, na consolidação e na hegemonização daquilo que se entendia ser o mais eficaz modelo de produção, o taylorismo-fordismo. Por conta disso, as implicações das transformações tecnológicas e organizacionais no trabalho e na sociedade foram o primeiro grande tema abordado pela sociologia da modernização – gênese temática para a criação e o desenvolvimento da sociologia industrial e, posteriormente, da sociologia do trabalho.

Também foi objeto de investigação e reflexão o que se considerava ser as razões para a resistência à modernização da sociedade. Abordar a desintegração do tradicional, assim como a sobrevivência do arcaico no moderno, foi uma das perspectivas de análise das sociologias francesa e brasileira das décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto, a emergência da América Latina como nova região da aceleração da industrialização e da urbanização, com suas singularidades tão marcantes, colocou novos desafios para pensar a modernização e o papel dos sujeitos políticos nesse processo.

Na sociologia do trabalho francesa, analisei o grupo de acadêmicos que se constituiu em torno de Georges Friedmann. Apelidado de “pai” da sociologia do trabalho, o francês foi um dos responsáveis por reorganizar a sociologia no período de reconstrução da França após sua libertação da ocupação nazista. Nesse processo, novas instituições de ensino e pesquisa foram criadas, rompendo com as tradicionais e conservadoras estruturas universitárias, permitindo maior autonomia e flexibilidade para os pesquisadores. Foram fundamentais os trabalhos realizados no *Centre d'Études Sociologiques*, a criação da *VI^e Section de l'École Pratique des Hautes Études*, que abrigou o *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, e, por fim, os estudos do *Institut des Sciences Sociales du Travail*. Essas e outras instituições permitiram o desenvolvimento das carreiras de jovens acadêmicos que marcaram a sociologia do trabalho, como foi o caso de Alain Touraine, personagem central para este livro, Jean-Daniel Reynaud e Michel Crozier.

No caso do Brasil, analisei o que denominei de sociologia uspiana do trabalho, em que englobei todos os sociólogos da Universidade de São Paulo que se voltaram para os estudos e as pesquisas sobre o mundo do trabalho e da indústria ao longo das décadas de 1950 e 1960. Com essa classificação mais ampla, consegui congrega, nesse novo domínio, acadêmicos muito distintos e de cátedras bem diferentes, como foram os casos de Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes, Azis Simão e Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Também analisei o papel político e intelectual de três outros personagens que foram fundamentais para institucionalizar a

sociologia do trabalho: Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Desse heterogêneo grupo, aqueles que pertenceram à Cadeira de Sociologia I, dirigida por Fernandes, acabaram alcançando mais projeção com seus trabalhos pelo fato de terem maior controle dos meios de legitimação da ciência e por terem criado o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho.

No entanto, talvez o mais importante e inovador neste livro tenha sido demonstrar, com base nas descobertas feitas nas investigações que empreendi durante meu doutorado em arquivos da França e do Brasil, os percursos cruzados da sociologia francesa e da brasileira no decorrer das décadas de 1950 e 1960, e o quanto esse encontro veio criar uma relação política, pessoal e intelectual que deu origem a diálogos teóricos e articulações acadêmicas que reforçaram uma antiga relação franco-brasileira e, sobretudo, contribuíram para moldar uma tradição de sociologia do trabalho.

Para reconstituir essa rede de relações, foi fundamental a busca de uma análise totalizante, que compreendeu o desenvolvimento da nova disciplina sociologia do trabalho como um projeto encabeçado, apoiado e financiado por inúmeros organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas, a Unesco e a Organização dos Estados Americanos –, organismos nacionais – como os ministérios da educação ou as comissões de produtividade do trabalho – e fundações filantrópicas – como foram os casos da Rockefeller e da Ford. Nesse processo de reorganização das ciências sociais, foi se conformando uma comunidade acadêmica internacional, protagonizada pela Associação Internacional de Sociologia e por seus congressos, boletins e revistas. Um novo campo de circulação de pessoas e ideias surgiu nesse contexto, permitindo a concretização de pesquisas e análises comparativas entre os países e regiões.

A redação deste livro buscou seguir dois movimentos: o dos sujeitos e o das ideias, que caminharam paralelamente, mas nem sempre seguindo os mesmos tempos. O primeiro movimento, o dos indivíduos protagonistas, que inspirou a ordem de exposição do texto, priorizou o desenvolvimento institucional da sociologia do trabalho na França e no Brasil, destacando suas relações e diálogos. Nessa perspectiva, procurei seguir os percursos de figuras importantes dessa empreitada, como Georges Friedmann, Alain Touraine, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, tentei balancear o destaque dado às instituições, em seus devidos contextos socioeconômicos, mas sem me esquecer de que estas não se consolidariam sem a atuação dos sujeitos. Estes ganharam destaque na reflexão da narrativa, não apenas por uma opção metodológica e analítica, que prioriza as estruturas em vez dos sujeitos, mas, sobretudo, porque na história o contingencial, o acaso, o imprevisível, que em inúmeras vezes atingiu a vida desses indivíduos, é determinante.

O segundo movimento, o das ideias, buscou compreender as análises teóricas e as categorias e conceitos produzidos pelos autores estudados a partir de seu movimento interno, porém sem distanciá-los de seus fundamentos sociais e dos percursos dos autores. As ideias, como compreendemos, não são desdobramentos automáticos de uma base concreta. Elas muitas vezes adquirem, em seu movimento reflexivo, uma autonomia relativa ao autor e ao mundo. No entanto, em última instância, ela será sempre o reflexo de uma visão de mundo de uma geração ou de um grupo de intelectuais. Portanto, analisar os percursos dos protagonistas e suas ideias, relevando e confrontando os distintos espaços e tempos de sua criação e de seu desenvolvimento, permitiram-me uma melhor compreensão do estilo de pesquisa e da tradição de sociologia do trabalho surgida nas décadas de 1950 e 1960.

Este livro contém várias limitações teóricas e investigativas, por conta do próprio objeto abordado, mas, também, pelas restrições de uma investigação de doutorado. Entre tantas, considero importante destacar duas. A primeira está no fato de não ter elaborado um balanço crítico sobre a questão de gênero e do trabalho feminino na sociologia francesa e na brasileira do período estudado. Pode-se justificar que essas não foram preocupações latentes nas investigações e reflexões dos grupos abordados, pois os estudos sobre a questão feminina no mundo do trabalho só ganharam força a partir de meados da década de 1960.

Porém, isso não justifica o fato de a pesquisa que deu origem a este livro não ter, mesmo assim, ensaiado uma reflexão sobre a ausência dessas temáticas. A segunda limitação, como já apontei em nota de rodapé, está em não ter desenvolvido

uma definição mais precisa sobre os conceitos de modernidade e modernização. No entanto, acredito que a reflexão sobre eles apareceu dissolvida ao longo de todo o texto, tendo eles sido abordados a partir de vários autores da sociologia francesa e da sociologia brasileira e de seus projetos políticos e acadêmicos. Ainda assim, reconheço a necessidade de aprofundar essas e outras questões em estudos posteriores.

Os fundamentos de uma análise ontológica

Os fundamentos sociais de um pensamento, principalmente aqueles capazes de hegemonizar um determinado domínio intelectual ao longo de um certo período histórico, devem ser encontrados nas causas sociais de seu ser-propriadamente-^[iii] assim. Nesse sentido, para se compreender as razões pelas quais um estilo de sociologia teve grande influência ou até mesmo hegemonia ao longo do período abordado neste livro, é vital uma análise histórica de suas correntes e de seus grupos, levando-se em consideração tanto seu desenvolvimento institucional quanto seus aportes individuais.

Segundo Goldmann, “o pensamento é somente um aspecto parcial de uma realidade abstrata: o homem vivo e inteiro; e este é, por sua vez, apenas um elemento do conjunto do grupo social. Uma ideia, uma obra recebe sua verdadeira significação somente quando ela é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas sim de um grupo social (ao qual ele pode não pertencer) e, principalmente, quando se trata de obras importantes, de uma classe social” ^[iv].

Na complexidade e na multiplicidade das relações humanas, às quais os indivíduos estão ligados, cria-se com frequência uma ruptura entre sua vida cotidiana, seu pensamento conceitual e sua imaginação criativa. É por esse motivo que, num nível mais simples, uma obra é praticamente ininteligível se buscamos compreendê-la e analisá-la apenas pela personalidade de seu autor. Nem sempre a intenção e a significação subjetiva que pode ter um indivíduo sobre sua obra é igual a sua significação objetiva. Num outro nível, quando estamos lidando com a história das ideias, nem sempre a forma como estas se reproduzem corresponde às intenções e aos objetivos daqueles que a criaram, justamente porque, ao se tornarem conceitos, estão sujeitas ao processo de autonomização e reprodução, inclusive enquanto ideologia.

Lucien Goldmann, ao analisar diferentes obras filosóficas e literárias, produzidas em um determinado período, descobriu que em sua maior parte os elementos essenciais que compõem a estrutura esquemática desses escritos eram análogos, apesar de suas diferenças, o que o fez concluir que existe uma realidade que não é puramente individual e que se exprime por meio das obras. Para captar essa realidade, o autor formou um instrumento conceitual de trabalho que considerava indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos, a noção de visão de mundo. ^[v] É essa noção que me permite trabalhar com autores da sociologia que tiveram objetos de pesquisas similares, mas conclusões nem sempre iguais, de dois distintos países, o Brasil e a França. Ainda que tivessem perspectivas teóricas diferentes, existiam questões essenciais que perpassavam todas as suas obras.

Uma visão de mundo é justamente o conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideais capazes de reunir os membros de um determinado grupo ou classe social e colocá-los em oposição a outros grupos. Os elementos que os unificam não necessariamente são os mesmos que fazem deles uma classe em si, mas podem ser os que os tornam uma classe para si mesmos. Nessa coletividade, os indivíduos excepcionais são, muitas vezes, aqueles que melhor expressam a consciência coletiva, ou seja, a visão de mundo desse grupo. Por isso, toda grande obra literária ou artística é a expressão de uma visão de mundo, um fenômeno da consciência coletiva que alcança seu máximo de clareza conceitual ou sensível sobre a consciência do pensador ou do poeta.

As sociologias do trabalho francesa e brasileira, desenvolvidas ao longo das décadas de 1950 e 1960, foram a expressão de uma perspectiva em que a modernização da sociedade capitalista era o fim tangível. É por isso que os próprios autores viam a si mesmos e a sua disciplina como parte de um projeto político de desenvolvimento da sociedade – nas palavras de

Alain Touraine, uma sociologia social-democrata.

Evidentemente não podemos nos restringir a estudar apenas “as visões de mundo”, mas também, e sobretudo, suas expressões concretas, isto é, suas bases materiais. É comum nos estudos de história da ciência ou da filosofia as análises de exegese das obras ou, quando se trata de um grupo, a análise comparativa das categorias e conceitos.

O método que utilizei neste estudo foi o da pesquisa genética, ou seja, compreender as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e verificar com base nelas como podem se tornar cada vez mais complexas e mediatizadas. Entender os fenômenos em seu sentido genético é abordá-los desde o ponto de vista ontológico, investigando o *ente* com a preocupação de compreender seu *ser* e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior. O complexo deve ser estudado como complexo, para depois chegarmos a seus elementos e aos processos elementares. Por isso, não basta isolar certos elementos da realidade concreta e construir as explicações sociológicas com base nelas, pois todos os complexos parciais só são compreensíveis como partes de uma totalidade.

Nesse sentido, tentei empreender uma análise ontológica dos principais autores das sociologias do trabalho francesa e brasileira, o que significa uma confrontação entre suas teorias (e categorias) e a própria realidade social. Segundo György Lukács, “os fundamentos sociais do pensamento respectivo de cada época, incluído o problema das formas privilegiadas de objetividade, dos métodos predominantes etc., só foram investigados criticamente, de maneira excepcional, em especial em tempos de crises agudas, durante os quais a tarefa principal parecia ser a refutação eficaz do adversário, em geral o poder do pensamento do passado, insuficiente na nova realidade, mas não a descoberta das causas sociais de seu ser-propriadamente-assim”.^[vii]

Portanto, busquei os fundamentos sociais desses intelectuais ou grupos de intelectuais por meio do desvendamento das causas sociais de seu ser-propriadamente-assim. Nessa perspectiva, os acontecimentos históricos, sejam eles de magnitude universal ou de impacto local, terão inevitavelmente desdobramentos sobre o pensamento social. A análise comparativa das produções intelectuais e das realidades sociais de Brasil e França, inseridas sob a mesma ordem societal global, o modo capitalista de produção, permitiram-me uma melhor dissecação das problemáticas listadas e a construção de uma explicação sobre o estilo de sociologia do trabalho produzida nesse período.

***Ricardo Festi** é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Referência

Ricardo Festi. *As origens da sociologia do trabalho: percursos cruzados entre Brasil e França*. São Paulo, Boitempo, 2023, 352 págs (<https://amzn.to/3YABgRP>).



Notas

[i] Christophe Brochier, *La naissance de la sociologie au Brésil* (Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2016).

[ii] Não será possível desenvolver e problematizar, como gostaria, o conceito de modernização. Polissêmico, amplo e polêmico, ele muitas vezes serviu para caracterizar todo e qualquer processo de desenvolvimento social e econômico, sem distinção entre seus objetivos, conteúdos e formas de relações sociais prevaletentes. Valeria arriscar definir, a título de ilustração, três tipos diferentes de processo de modernização presentes nos anos 1950 e 1960. O primeiro foi o que abordaremos ao longo deste livro, a modernização numa sociedade capitalista, ou seja, gerida pela lógica do valor e da acumulação do capital. No período especificamente estudado, essa modernização

[iii] G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, t. 1 (São Paulo, Boitempo, 2012), p. 29.

[iv] Lucien Goldmann, *Le Dieu caché: étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine* (Paris, Gallimard, 1997), p. 16-7.

[v] Devido à grande quantidade de citações retiradas de obras em francês e do número excessivo de notas de rodapé ao longo deste livro, optei por não reproduzir os trechos na língua original, mantendo apenas as traduções feitas por mim, ciente dos problemas metodológicos que acarreta essa decisão. Dessa forma, poupei o leitor de situações em que as notas ocupariam mais espaço que o corpo do texto.

[vi] Lucien Goldmann, *Le Dieu caché*, cit.

[vii] G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, t. 1, cit., p. 29.

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

A Terra é Redonda